

I Encontro Estadual de Servidoras e Servidores das Justiças Federais no Rio de Janeiro

RESOLUÇÃO

O Brasil enfrenta um forte retrocesso desde 2016, em todas as esferas da sociedade e economia.

A Emenda do teto de gastos estabeleceu restrições orçamentárias que dificultam a concessão de recomposição salarial, a modernização de equipamentos e a realização de concursos públicos, com consequente redução do número de servidores, tendo como resultado a precarização das condições de trabalho e a redução da prestação jurisdicional, seja pela falta de reposição de pessoal ou pelo seu adoecimento com a sobrecarga de trabalho.

As reformas trabalhista e previdenciária retiraram direitos, aumentaram o desemprego e aprofundaram a miséria e desigualdade social. Mesmo antes da pandemia do novo Coronavírus, os indicadores socioeconômicos já estavam em queda acentuada.

A pandemia veio para piorar ainda mais esse cenário. A gestão criminoso e incompetente do governo federal levou o Brasil ao desastre completo: mais de 600 mil mortos pela Covid-19, economia em recessão, maior taxa de desemprego da história, famílias inteiras morando nas ruas e dezenas de milhões de pessoas passando fome.

O serviço público e, especialmente o Judiciário Federal, não tinha como passar incólume a tudo isso.

O governo Bolsonaro e seus cúmplices do Congresso Nacional deixaram claro que farão o que puderem para destruir o serviço público e perseguir os servidores.

Além da reforma da previdência, que prejudicou violentamente os servidores públicos, o governo tenta agora aprovar a todo o custo a PEC 32, chamada Reforma Administrativa, com o intuito de revogar o que foi conquistado com a Constituição de 1988: **a garantia de um Estado que atenda a toda sociedade, com qualidade, dignidade e sem discriminação.**

E, nesse cenário, o governo vem promovendo ataques diretos ao Judiciário Federal e seus servidores.

Em 2017 teve início um projeto de desmonte da Justiça Eleitoral, com a determinação de extinção de mais de 900 zonas eleitorais país afora. Na época, a atuação firme dos sindicatos e servidores reduziu significativamente esse quantitativo, salvaguardando minimamente o acesso à essa Justiça. Porém, dando seguimento a esse projeto de desmonte, Bolsonaro deflagrou uma campanha de ataques à Justiça Eleitoral, levantando suspeitas contra a segurança das urnas eletrônicas, a lisura do processo eleitoral e a honestidade dos servidores. O objetivo é deslegitimar o processo eleitoral, fragilizando, assim, a razão de existir da Justiça Eleitoral.

Já o projeto de desmonte da Justiça Trabalhista teve início com a reforma que retirou criminosamente direitos dos trabalhadores, enfraquecendo a Justiça que tem o dever de defendê-los. Mas esse projeto nefasto não parou por aí. A Justiça do Trabalho sofreu novo ataque com a Resolução 296/2021 do CSJT por meio da qual foi estabelecida uma reestruturação que, aliada ao déficit de servidores e à restrição orçamentária, teria paralisado o TRT da 1ª Região. Felizmente esse desmonte foi detido, mas pode retornar a qualquer momento.

A Justiça Militar, por sua vez, vem lidando com o desafio de ver grande parte de suas unidades ocupadas por militares em detrimento da ampliação do quadro de servidores civis.

Todos esses ataques à cada uma das Justiças Federais têm objetivo comum e, juntamente com o teto de gastos, a reforma trabalhista, a reforma da previdência e agora com a tentativa de aprovação da reforma administrativa (PEC 32), fazem parte de um mesmo e maior projeto: a extinção do serviço público brasileiro. E o governo não vai desistir tão facilmente de concluir esse projeto nefasto.

Desse modo, o que se desenha para 2022 é um ano ainda com muitos desafios, resistência a retrocessos e mobilização dos servidores.

Assim, o I Encontro Estadual de Servidoras e Servidores das Justiças Federais no Rio de Janeiro aprova os seguintes eixos de luta para 2022:

- manter e ampliar a mobilização da categoria em defesa do serviço público e dos servidores públicos;
- lutar pela revogação da Emenda do teto de gastos públicos (EC 95/2016);
- lutar pela revogação da reforma da previdência;
- lutar contra a aprovação da PEC 32, a Reforma Administrativa;
- lutar contra a privatização e a terceirização dos serviços judiciais;
- lutar pela recomposição dos quadros de servidores, seja pela pressão nos Tribunais, seja pela pressão pela revogação da Emenda do teto de gastos;
- manter vigilância e, se necessário, lutar contra a aprovação de leis infraconstitucionais para regulamentação da reforma da previdência que, na prática, equivaleria a uma nova reforma;
- lutar pela implementação ampla do teletrabalho e do trabalho híbrido e reforçar o combate ao assédio moral decorrente da cobrança de metas abusivas e produtividade;
- seguir acompanhando as normas internas dos Tribunais no sentido de garantir a proteção aos servidores, colaboradores e público usuário dos serviços judiciários nas questões sanitárias e de garantia de direitos, relacionadas à pandemia;

- priorizar a utilização de serviços e produtos de pequenos produtores e prestadores em detrimento dos oferecidos pelas grande corporações.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 2021